



**FORMAR UMA BASE HUMANA PARA O TRABALHO E A DEMOCRACIA: ESTADO
E PROJETOS DE EXPANSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO NO BRASIL (1946-1961)**

Flávio Anício Andrade¹
Alvaro de Oliveira Senra²

O objetivo deste trabalho é analisar o papel de espaço de irradiação de uma nova ordem social assumido pela educação escolar no período 1946-1961. Tal período histórico se inicia com a posse de Eurico Gaspar Dutra na Presidência da República, marcando a “redemocratização” da sociedade brasileira que se seguiu ao fim da ditadura varguista e, para fins do presente estudo, se encerra com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cujo projeto inicial foi proposto justamente durante o governo Dutra.

No interior do período aqui abordado emerge fortemente a necessidade de, através da educação, disseminar a nova concepção de vivência social calcada nos valores defendidos pelo ideário liberal. Tal ideário vai configurar a orientação ideológica fundamental da ação do Estado ao longo do período em questão e terá no citado projeto inaugural de uma Lei geral para a educação do país, formulado por Clemente Mariani, empresário industrial e titular do Ministério da Educação no governo de Eurico Dutra (1946-1950), uma de seus marcos formais mais exemplares.

A análise ora apresentada se orienta teoricamente pelas proposições de Antonio Gramsci concernentes à compreensão do papel formativo das ações do Estado nas sociedades que se complexificaram em um sentido capitalista, passando este mesmo Estado a incorporar entre as suas funções a da produção de uma força de trabalho correspondente, psicofísica e ideologicamente, ao grau de desenvolvimento do conjunto das relações de produção. Tal desenvolvimento por si só coloca uma necessária mudança na atuação do próprio Estado, tendo em vista o desempenho da função acima apontada. Segundo Gramsci, o Estado cumpre uma função pedagógica na medida em que uma de suas razões de existência nas sociedades de tipo ocidental consiste na adequação dos comportamentos, hábitos e valores possuídos pela maior parte da população às

1 Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor adjunto no curso de Pedagogia do Campus Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Brasil. Endereço eletrônico: flavioandrade.ufrj@gmail.com

2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2004 é professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Endereço eletrônico: alvarosenra@gmail.com



necessidades de incorporação de sujeitos produtivos conformes objetiva e subjetivamente às formas de realização do processo de produção de mercadorias (GRAMSCI, 2000, p. 23)

Metodologicamente, a pesquisa teve como objeto imediato a análise do conteúdo discursivo exposto em fontes primárias produzidas no período abordado, colocando em evidência e discutindo as concepções e valores relativos ao campo da formação escolar expostos por alguns dos principais atores políticos no interior do Estado. Tais fontes, por sua vez, constituem-se na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a partir de 1944 e as Mensagens Presidenciais apresentadas ao Congresso Nacional ao longo do período histórico acima referido.

Apesar de o regime político inaugurado a partir de 1930 ter inegavelmente representado o marco inicial do movimento de transformação da educação em política social de Estado no Brasil (a par das necessidades postas pelo próprio processo de mudança da estrutura econômica nacional que este mesmo Estado logrou iniciar), o aprofundamento quantitativo e qualitativo do acesso à educação no contexto de um país em que a maioria de sua população não era sequer rudimentarmente alfabetizada foi uma tarefa que ficou para a frente (mesmo a iniciativa de constituição de uma rede nacional de formação profissional em grande escala acabou por ser atribuída – não sem uma boa dose de coerção – às entidades corporativas dos empresários industriais). Dessa forma, o momento histórico em que realmente as primeiras iniciativas concretas de alargamento da base educacional e de tentativa de superação dos vexaminosos índices de alfabetização da população brasileira vão ocorrer será o período de governo “democrático” no marco temporal aqui abordado.

A partir da segunda metade da década de 1940, com a eleição do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro do governo Vargas, aparece fortemente tanto a necessidade da incorporação de um maior contingente populacional aos mecanismos políticos clássicos da democracia liberal, dentre os quais o direito essencial de escolher seus representantes no parlamento, quanto a necessidade de, através da educação, disseminar a nova concepção de vivência social calcada nos valores do individualismo, da liberdade (no sentido dado pelo ideário liberal, isto é, como garantia formal dos direitos de igualdade, de ascensão social, etc.) e da “solidariedade social”. Ao lado de tal função política, o processo de extensão da escolarização se afirmaria como uma necessidade também tendo em vista o objetivo da melhoria qualitativa da força de trabalho nacional, bem como, até como uma consequência deste primeiro fator, a maior racionalização dos processos produtivos tanto industriais quanto agrícolas. Trata-se assim, de potencializar a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico, o qual, por sua vez, constituir-se-ia na condição



necessária para o estabelecimento e manutenção sem agitações da ordem social. A política educacional será orientada a partir daí, portanto, pelo objetivo de formação ampliada de uma força de trabalho pronta para se inserir – tanto objetivamente, quanto subjetivamente – em um processo produtivo organizado segundo os princípios tayloristas-fordistas de realização do trabalho.

O segundo período de governo de Getúlio Vargas (1950-1954), por sua vez, mantém este mesmo entendimento acerca da importância da educação no processo de desenvolvimento econômico. Porém, a ênfase no investimento na educação de base (primária e secundária) deixa de existir, sendo mais necessário segundo a diretriz governamental voltar a atenção para o topo da pirâmide educacional, ficando o cumprimento da obrigatoriedade constitucional de acesso ao ensino primário dependendo da existência anterior de um crescimento econômico que permita ao Estado disponibilizar um maior volume de recursos para este nível de ensino, além de depender da constituição de uma infraestrutura que possibilite a chegada da escola às regiões mais interioranas. Dessa forma, a ação do Estado deveria privilegiar o desenvolvimento da base econômica, o qual, por sua vez, é que possibilitará o alargamento da base educacional do país.

A superação do quadro de atraso no campo educacional brasileiro, no entanto, apesar dos planos e promessas constantemente alardeados tanto no governo Dutra quanto no segundo período presidencial de Vargas, permanecerá como tarefa a ser realizada.

A segunda metade da década de 1950 verá o aparecimento de um projeto de industrialização mais agudo, calcado na implantação de um parque industrial tecnologicamente mais avançado e no bojo do qual o setor automobilístico aparecia como a ponta de lança de uma almejada nova etapa do processo de desenvolvimento econômico do país. Neste contexto, a necessidade da preparação para o exercício de uma atividade produtiva do maior número possível de indivíduos vai adquirir um caráter de urgência efetivamente maior posto que se tratava da implantação de setores de produção e processos de trabalho totalmente novos.

Eleito para a Presidência da República empunhando a bandeira dos “50 Anos em 5”, Juscelino Kubitschek de Oliveira, desde o primeiro momento de exercício de seu mandato (1956-1960), deixará claro seu entendimento de que a necessidade da melhoria dos índices educacionais do país apresentava-se essencialmente como uma das condições indubitáveis do desenvolvimento industrial. A consecução do projeto de complexificação da base industrial do país, para além da estratégica atração de novos setores fabris caracterizados pelo uso intensivo de tecnologia em seus processos de produção, passava necessariamente pela elevação da produtividade da força de trabalho nacional. Trata-se



neste momento de, no que diz respeito à educação formal básica, melhorar a qualidade da formação escolar da população (pelo menos daquela parte que fazia usufruto efetivo do direito à educação constitucionalmente assegurado) através do aumento do tempo de permanência na escola, dando simultaneamente um caráter de primeira instância de preparação para o trabalho à etapa inicial do processo de escolarização. Apontava-se assim o distanciamento entre a escola primária e as novas necessidades trazidas pelo desenvolvimento econômico-social do país como o grande problema a ser resolvido no que se refere à organização daquele nível de ensino em particular e, mesmo, da educação nacional de modo geral.

Dessa forma, da escola primária esperava-se que cumprisse um duplo papel: formar, por um lado, aqueles destinados a compor a base humana conformada pelas necessidades do processo de trabalho industrial que então se alargava quantitativa e qualitativamente e, por outro, os relativamente poucos que, tendo passado identicamente pela etapa inicial de formação escolar, possuiriam as qualidades pessoais indicadas para as tarefas de liderança e coordenação, em todos os níveis, do processo de desenvolvimento econômico-social do país. Expandir e melhorar a qualidade da escola primária significava assim a condição básica para a formação do contingente populacional de onde sairiam simultaneamente os futuros operários industriais e os futuros “condutores”, nas fábricas e fora delas, dos processos de trabalho e de participação na vida político-social.

Conclui-se que o período analisado será marcado por uma renovação do dualismo anteriormente presente na organização educacional brasileira – qual seja: a existência, por um lado, de uma formação escolar destinada aos fadados a tornar-se parte dos que vão cumprir disciplinadamente as ordens superiores tanto no espaço do trabalho quanto no da convivência social de maneira geral, e por outro lado, de uma formação escolar destinada justamente aos que vão cuidar da elaboração e do cumprimento das diretrizes reguladoras do ambiente da produção e das relações constituidoras da vida em sociedade. Em que pese ter havido avanços reais em termos do acesso à educação formal, com o alargamento da possibilidade de acesso tanto aos anos iniciais de escolarização quanto aos graus superiores de ensino para os concluintes do nível primário. Na prática, porém, poucos eram os que, oriundos dos extratos mais empobrecidos da população, efetivamente alcançavam o ensino secundário ou quiçá, mais raramente ainda, o nível superior de ensino.

Todavia, assume importância aqui o fato de que o aprofundamento da necessidade da formação escolar básica do conjunto da população que nesse momento ocorre, faz com que aquela seja pensada como uma etapa comum de preparação daqueles dois



tipos de sujeitos sociais. Na escola primária os futuros membros da sociedade deverão ser formados tanto para dominar com uma razoável propriedade o rol de conhecimentos que vão adquirindo uma cada vez maior importância no contexto do aprofundamento da sociedade urbano-industrial, quanto para adquirirem aquela atitude mental condizente com as novas formas de organização do trabalho de molde taylorista-fordista cuja aplicação então se ampliava a passos relativamente largos – tendo a indústria automobilística à frente – no âmbito do setor fabril nacional.

Palavras-chave: Estado. Escola primária. Trabalho.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, v. 3. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho.